



1. Informações Gerais

Data: 28.09.2018

Horário: 09h00 às 12h

Local: Plenário da Câmara Única

Participantes:

- Comitê de Gestão Estratégica;
- Patrocinadores, Gestores e Gerentes de Projetos Estratégicos;
- Colaboradores do Escritório de Projetos e do Núcleo de Estatística;
- Diretores de Departamentos

2. Objetivos da Reunião

Avaliar a execução da estratégia definida para o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá no período 2015-2020, a considerar os indicadores estratégicos do ano de 2018.

3. Pauta

- 3.1. Selo Justiça em Números;
- 3.2. Metas Nacionais 2018;
- 3.3. IPCJus;
- 3.4. Acompanhamento do Orçamento do TJAP 2018;
- 3.5. Mapa Estratégico;
- 3.6. Indicadores;
- 3.7. Nova portaria com os membros;
- 3.8. Agenda;

Comentários:

Na abertura da RAE, o servidor JOB MORAIS, integrante do Escritório de Projetos (ASPLAN/TJAP), destacou os avanços do Tribunal de Justiça do Amapá com o Planejamento Estratégico, como importante passo para o atingimento dos objetivos Institucionais até dezembro de 2018. Fez referência ainda à cobrança que os órgãos de controle estão a fazer, sobretudo das prestações de contas a partir de 2017. Em seguida, foi dada a palavra ao Desembargador CARLOS TORC que ressaltou os avanços em algumas áreas e a estagnação em outras. Contudo, o Desembargador reforçou ser necessário um trabalho de conscientização e de formação de cultura gerencial. E frisou ser a reunião mais um passo definido pelo princípio da governança em termos de gestão pública, para o bem do público interno e dos jurisdicionados.

Item 3.1 da pauta: Selo Justiça em Números:

Após as palavras de abertura, o responsável pelo Núcleo de Estatística, CARLSON UCHÔA, passou a explanar os itens da pauta. No primeiro item, SELO JUSTIÇA EM NÚMEROS, ele informou que no dia 06 de setembro foram enviadas ao CNJ, as informações que compõe o Selo Justiça Números. A expectativa agora é a resposta do CNJ sobre qual será o resultado alcançado pelo Tribunal, e a manutenção do Selo Ouro é o que se espera.

Item 3.2 da pauta: Metas Nacionais 2018:

CARLSON UCHÔA informou que o CNJ fez mudanças nas fórmulas de parametrização que causaram problemas, especialmente no painel de visualização que as Unidades estavam acostumadas a trabalhar.



A preocupação foi montar a parametrização para coleta de dados. UCHOA informou que o glossário saiu em maio e no mês de julho foi corrigido, atualizando os dados. Dessa forma, a Meta 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente) atingiu no mês de abril/2018 80,0% e no mês de agosto 100,4%. Quanto a Meta 2, o CNJ mudou a fórmula de cálculo para fazer nova aferição dessa Meta, levando a uma queda da Meta em todos os Tribunais. Em simulação no CNJ, o TJAP, que estava com o cumprimento da Meta 2 em 112%, caiu para 36%. Com base na nova fórmula, a média do cumprimento da Meta 2 do TJAP, em agosto de 2018, atingiu 40,0%. Devido a queda, os Tribunais estão recorrendo ao CNJ para refazer a fórmula de aferição. Na Meta 4 (ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão); Combate à Corrupção 32,4% (1º grau), 5,5% (2º grau); Improbidade Administrativa 19,2% (1º grau), 10,2% (2º grau); Crimes contra a Administração Pública 40% (1º grau), 0% (2º grau). CARLSON UCHOA esclareceu que, por se tratarem de três informações distintas, não se conseguiu chegar a como o CNJ faz a aferição da Meta. Sobre esses percentuais, o Desembargador JOÃO LAGES questionou o parâmetro que levou a alcançar tais índices, vez que são três aferições diferentes. Entretanto, Combate à Corrupção se encontra dentro de Crimes Contra a Administração Pública, e por particularidades intrínsecas ao processo não chegam ao 2º grau. A esse respeito, o Presidente do TJAP, Desembargador CARLOS TORK, interveio ressaltando que por ocasião da discussão das Metas que envolverem o 2º Grau, é importante a presença dos Chefes das Secretarias do Pleno, Secção e Câmara Única em vista à interação da perspectiva e da execução. O Desembargador CARLOS TORK falou das diversas reuniões – Presidência e Corregedoria - já realizadas com o segmentos judiciais, com enfoque no Justiça em Números 2017, onde se percebeu uma mudança no parâmetro de aferição e uma perda, em tese, da produtividade em todos os segmentos do 1º Grau e um pouco mais no 2º Grau, a envolver as Varas Criminais, primeiramente, e depois as Cíveis e Juizes do Interior. A primeira orientação é que cada Unidade Judiciária tenha o seu Gestor (Juiz ou Servidor) para acompanhar o cumprimento de meta e as mudanças do CNJ. Nos casos específicos, é fundamental fazê-las com os diretores de Unidades Judiciárias e, se for o caso, fazer uma reunião extra com tais atores. O Desembargador alertou que Gestor de Unidade Judiciária não é competência exclusiva do magistrado da Unidade. Porém a Unidade Judiciária não pode ficar sem a pessoa do gestor. Se o Juiz não se sente hábil para gerir a Unidade, pode ser o Chefe da Unidade ou um Assessor designado pelo Juiz da Unidade. O Presidente do TJAP sugeriu à ASPLAN realizar uma reunião para discutir cumprimento de metas envolvendo esses servidores. A esse respeito, a Juíza ALAÍDE DE PAULA pediu a palavra para reforçar a necessidade da gestão das Unidades Judiciárias e realizar reuniões setorializadas para discutir tais gerências e treinar servidores, vez que muitos processos que não fazem parte de metas continuam com carga nas Varas. Diante dessa situação, a Magistrada reforçou a realização de treinamento específico para habilitar aquele que poderá ser o gestor na Unidade Judicial onde atua. Em relação às metas, a proposição do Des. CARLOS TORK é fazer uma reunião específica com os gestores das Unidades Judiciárias – Juiz ou Servidor - e, dentro da necessidade, realizar um curso promovido pela EJAP para esse fim e, alertou a ASPLAN para, uma vez responsável por coletar e repassar os dados ao CNJ, dialogar com o restante do sistema, sobretudo com as Unidades Judiciárias, com o objetivo de dirimir as dúvidas em relação aos acervos processuais existentes e o impacto no cumprimento das metas. Prosseguindo na apresentação, CARLSON UCHOA destacou a Meta 6, referente às Ações Coletivas, onde até agosto/2018, o 1º Grau cumpriu 41,7% das metas. O 2º Grau cumpriu 8,0%.

Item 3.3 da pauta: IPCJus:

Na abordagem do Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPCJus/2018 – o responsável pelo Núcleo de Estatísticas disse que essas informações são provenientes do Justiça em Números e, portanto, procura resumir a produtividade e a eficiência relativa dos Tribunais referente ao que foi trabalhado e produzido, onde o produto é a baixa de processos, a levar em consideração o total de magistrados/servidores; custo e processos em tramitação. Devido a problemas na informação, o custo total em 2017 chegou a R\$ 364.060.537,51. Corrigido tais problemas, sobretudo quanto aos valores na área financeira, o montante real alcançou R\$ 299.792.718,96. Informação essa que foi encaminhada ao CNJ para corrigir o IPCJus do TJAP. Apesar do esforço para melhorar esse índice, se percebeu que ele permaneceu inalterado nos quadros do Justiça em Números, ou seja, 88%. Isso em virtude de uma



particularidade – Total de Magistrados / Total de Servidores / Processos Baixados. CARLSON UCHOU salientou que cada Unidade é responsável pela correta informação de seus dados e em tempo hábil.

Item 3.4 da pauta: Acompanhamento do Orçamento do TJAP 2018:

Ao tratar sobre orçamento institucional, CARLSON UCHÔA mostrou o quadro da Execução Orçamentária 2018 onde a dotação chegou ao teto de R\$ 322.425.851,00. Desse montante, até 27/09, o valor liquidado já chegava a R\$ 220.272.404,00 (68,32% executados). Em relação à execução do orçamento, o Desembargador CARLOS TORK esclareceu que todas as despesas do TJAP, em relação a 2018, estão sendo contidas para não criar pendências para 2019. Apesar do atraso nos repasses, todas as despesas estão com os pagamentos em dia – INSS/IRPF e respectivo passivo. Os ajustes e cortes necessários estão sendo feitos afim de que até o final do ano as pendências financeiras deste exercício estejam regularizadas.

Item 3.5 da pauta: Mapa Estratégico:

O Mapa Estratégico 2015-2020 mostrado destacou o acompanhamento dos projetos estratégicos e as perspectivas do Tribunal no momento atual, além das pretensões até 2020, em cada objetivo estratégico e respectivos índices. O desempenho dos indicadores estratégicos, referente ao 1º quadrimestre de 2018, mereceu destaque nas cores Verde (quando o resultado da meta for maior ou igual a 90%); Amarelo (quando o resultado da meta estiver entre 60% e 90%); Vermelho, quando for menor que 60%; Branco quando não existir indicador. CARLSON UCHOA explicou que os indicadores expressão a eficiência na medição dos objetivos estratégicas do TJAP. Feito o esclarecimento, passou a explanar a medição da cada projeto estratégico: VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO (Patrocinador Des. CARLOS TORK) – 4 indicadores. O indicador 1 e 4 não estão sendo medidos, com proposta de mudança, conforme proposição do Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA, a saber: Indicador 1 – Índice de Mapeamento de Competência, em substituição a nomenclatura anterior (Índice de Qualidade de Vida no Trabalho) e Indicador 4 foi ajustado para – Índice de Lideranças Capacitadas, substituindo a nomenclatura anterior (Índice de Lideranças Capacitadas em Gestão). Foi colocado à apreciação e confirmado para constar na próxima RAE (3ª RAE/2018). O Indicador 2 – *Índice de Clima Organizacional*. A aferição desse índice depende de pesquisa a acontecer nos próximos meses, somente na próxima 3ª RAE o índice será atualizado. Indicador 3 – *Índice de Aderência aos Parâmetros de Distribuição da Força de Trabalho*. 2017 terminou com 41%; abril 2018 53,3%; Agosto 2018 72%. A respeito do Clima Organizacional, o Desembargador CARLOS TORK reforçou a boa relação com o SINJAP, com a negociação dos reajustes para 2019. Por sua vez, o SINJAP se comprometeu em não fazer nenhuma paralisação ou utilizar alguma plataforma de negociação que envolva valores até maio de 2019. Em relação à AMAAP, o clima organizacional também é bastante harmonioso, com pequenas pendências limitadas ao cenário nacional. Voltado para o Indicador 3 – *Índice de Aderência aos Parâmetros de Distribuição*, houve sensível melhoramento. A previsão de melhoramento da Meta é junho de 2019. Sobre esse Indicador, o Juiz LUCIANO ASSIS se posicionou informando que em sua Unidade, a distribuição de pessoal funcionou positivamente. O índice de condicionamento baixou de 40% para 18%, além do ponto inteligente e o expediente zerado. A única ponderação é quanto à postura da Corregedoria que transfere servidores e estagiários e não repõe. Por esse motivo, o Magistrado solicitou a manutenção do quadro, visto que tem trazido desconforto no trabalho pela ausência de mão de obra. O Desembargador Presidente do TJAP explicou as orientações da Resolução 219, que condiciona CARGA DE TRABALHO = FORÇA DE TRABALHO. A Carga de Trabalho é medida anualmente e de acordo com os casos novos no triênio, enquanto a Força de Trabalho se dá semestralmente. A Resolução dispõe que a prioridade é do 1º Grau por ter a maior carga de trabalho, razão pela qual uma Vara que não está com a TLP equalizada ter servidor transferido. Por outro lado, a saída do servidor só deve ocorrer se o Juiz autorizar. “Esse é o procedimento que a Presidência tem adotado. Logo, o servidor tem que estar onde tem o trabalho. Se em uma Unidade tem mais servidor que a Carga de Trabalho, então ele tem que sair de lá. São conceitos da 219 e precisam ser bem compreendidos”, disse o Desembargador. Mudando a meta, em relação a Clima organizacional, o Juiz ESCLEPIADES requereu constar em ATA, que a equipe de Comunicação Social poderia implementar melhor os processos de comunicação internos. Apesar de vanguardista, o TJAP utiliza plataformas de interação com a sociedade. Contudo, queixas tem chegado



ao conhecimento do Magistrado que poderiam ser melhor trabalhado, por exemplo: feriados; mobilidade de servidor e outros, para que chegue imediatamente na mesa do serventuário. O processo de comunicação interno precisa ser melhor elaborado. Além do papel das ouvidorias na coleta dessas informações. Projeto Estratégico – MODERNIZAÇÃO (Patrocinador Des. CARLOS TORK) – 6 – *Índice de Aderência às Metas do PETIC*: 2017: meta 40% - resultado 44%; Abril/2018: meta 70% - resultado 66%; Agosto/2018: meta 70% - resultado 66%. 8 – *Tempo Médio de Processo Administrativo – dias*: 2017: meta 88,4 - resultado 363; Abril/2018: meta 83,2 - resultado 199; Ago/2018: meta 83,2 - resultado 213. A respeito do tempo médio, a discussão ainda é por conta dos processos que ainda estão demorando muito a finalizar. A falta de arquivamento está implicando no resultado. Se o processo não tem movimento, arquivam-se imediatamente. O Des. CARLOS TORK orientou que a revisão da meta para arquivamento seja 180 dias para 2018; 120 dias/2019; e 90 dias/2020. 19 – *Índice de Agilidade na Tramitação de Aquisição de Bens e Serviços* houve crescimento. 2017: meta 65% - resultado 73,6%; Abr/2018: meta 70% - resultado 95,9%; ago/2018: meta 70% - resultado 78,7%. A Diretora do DCC, LANA KARINA, lembrou aos presentes a realização do curso de capacitação em Termo de Referência para aquisição de bens e serviços. Esse é um dos fatores que pode melhorar muito o percentual. Ainda a respeito de bens e serviços, o Juiz LUCIANO DE ASSIS falou das dificuldades de acesso aos recursos do FAJII. Uma das razões diz respeito ao ordenamento do Corregedor, que decide sobre o que fazer com a verba com a intervenção da CEIJ. A outra está no processo de aquisição, vez que, frequentemente está caindo na mesma vala de bens e serviços dos demais. A demora é imensurável que frustra o objetivo do projeto. A política exacerbada na aquisição desse material nas regras de licitação, envolvendo registro de preço e a participação de empresas de outros estados acabam dificultando o pleito. O Juiz LUCIANO ASSIS pediu um olhar mais rápido para o recurso do FAJII, a exemplo do que faz com os recursos da VEPMA, e/ou, desvincular os projetos da Infância e Juventude do setor de compras do TJAP e receber tratamento diferenciado. O contrário, tais processos têm sido um indicador negativo para o cumprimento dessa meta. O Desembargador CARLOS TORK ratificou a revisão da forma de gasto do FAJII com a sua revogação seguindo as regras gerais de uso do FMRJ e criar um plano de trabalho específico ao FAJII, para desburocratizar o seu uso. E, até o final do ano, levar ao Pleno para que no ano que vem seja implementado. O Juiz LUCIANO ASSIS pediu à ASPLAN a elaboração de um estudo sobre a viabilidade ou não, e que o TJAP destaque a utilização os recursos do FAJII, a fim de evitar que os processos vinculados sigam o rito normal aos demais. O Magistrado ressaltou que a preocupação dos Juizes das Varas da Infância e Juventude é quanto à extinção do FAJII, visto que esperam uma atenção especial a esses recursos e sua destinação exclusiva para atender a causa menoril. Prosseguindo os Índices, CARLSON UCHOA informou que 29 – *Índice de Modernização dos Processos de Trabalho Administrativo* ainda não foi possível aferir. Foi informado que a ASPLAN, na próxima RAE (3ª 2018) vai apresentar dados. Projeto Estratégico SIMPLIFICAÇÃO (Patrocinador Des. JOÃO LAGES) – 5 – *Índice de Virtualização de Processos Novos*. 2017: meta 70% - resultado 95,3%; Abr/2018: meta 75% - resultado 94,7%; Ago/2018: meta 75% - resultado 94,7%. 7 – *Tempo Médio de Processo Judicial – dias*. 2017: meta 391 – resultado 545,7; Abr/2018: meta 368 – resultado 615,5; Ago/2018: meta 368 – resultado 600 dias. A média nacional, em 2017 oscilou entre 330 e 1080. O Desembargador JOÃO LAGES informou a realização de um Seminário, em virtude de que esse tempo médio precisa ser trabalhado com os Juizes. Na prática, foi verificado que nas sessões da Câmara e Seção Únicas, muito precisa ser corrigido e, com base no Seminário, vamos apresentar tais números e identificar os problemas pontuais que precisam ser corrigidos, exemplo: deixar de realizar audiência; transferir audiências, tudo isso impacta no tempo, e esses números precisam baixar, tanto com os juizes Criminais como os Cíveis. Sem dúvida com a realização do Seminário vai mudar esses números. Temos tudo para alcançar a meta, disse o Presidente do TJAP, Des. CARLOS TORK. 9 - *Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento*. 2017: meta 47% - resultado 53,2%; Abr/2018: meta 43% - resultado 77,4%; Ago/2018: meta 43% - resultado 57,7%. 10 – *Taxa de Congestionamento da Fase de Execução*. 2017: meta 60% - resultado 57,2%; Abr/2018: meta 55% - resultado 78,7%; Ago/2018: meta 55% - resultado 58%. 11 – *Índice das Varas Criminais com Sistema de Audiência Por Videoconferência*. 2017: meta 20% - resultado 9,1; Abr/2018: meta 30% - resultado 9,1%; Ago/2018: meta 30% - resultado 27,3%. Eram 2 Varas, em agosto chegou-se a 4 Varas, aumentando em 30% Vara Criminais com Videoconferência. CARLSON UCHOA informou que somente na próxima RAE é que serão apresentados dados do aumento



das Audiências por Videoconferência. O Des. CARLOS TORK alertou a posição do CNJ para que todas as Varas tenham videoconferência, e que o TJAP deve fechar os 100% até o próximo ano. 12 – *Índice de Audiências Criminais Realizadas por Videoconferência*. 2017: meta 25% - resultado 7,1%; Abr/2018: meta 40% - resultado 6,4%; Ago/2018: meta 40% - resultado 5,1%. 13 – *Taxa de Congestionamento em Demanda de Massa*. 2017: meta 70% - resultado 48,4%; Abr/2018: meta 65% - resultado 86,3%; Ago/2018: meta 65% - resultado 77,5%. 14 – *Taxa de Congestionamento das Ações de Improbidade e Combate à Corrupção*. 2017: meta 80 - resultado 96,1%; Abr/2018: meta 75% - resultado 94,4%; Ago/2018: meta 75% - resultado 91,5%. 15 – *Índice de Agilidade e Julgamento nas Ações de Improbidade Administrativa*. 2017: meta 80 - resultado 80%; Abr/2018: meta 85% - resultado 77,2; Ago/2018: meta 85% - resultado 77,9%. Projeto Estratégico CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS (Patrocinador Des. CARLOS TORK). 16 – *Índice de Execução orçamentária*. 2017: meta 98% - resultado 101,7%; Abr/2018: meta 99% - resultado 33,4; Ago/2018: meta 99% - resultado 63%. 17 – *Índice de Eficiência Operacional (R\$)*. Esse índice trata-se do custo do sistema, ou seja, recursos injetados no Judiciário amapaense X resultado entregue à sociedade (com repercussão na baixa de processos). 2017: meta 2.674 - resultado 3.510; Abr/2018: meta 2.516 - resultado 3.643; Ago/2018: meta 2.516 - resultado 3.353. 18 – *Incremento no Investimento (R\$)*. O Assessor de Planejamento, ROSYWAN CANTUÁRIA esclareceu que o fator limitante no investimento do Tribunal é decorrente do impacto no orçamento de 5% destinado ao pagamento de débitos anteriores, fator esse a limitar o investimento institucional, onde o ano de referência ainda é 2014, e tem como base 3.224.124; 2017: base 5.481.011 - resultado 1.074.278; Abr/2018: meta 5.803.424 - resultado 1.281.267; Ago/2018: meta 5.803.424 - resultado 1.070.732. Projeto Estratégico TRANSPARÊNCIA (Patrocinador Des. MANOEL BRITO). 21 – *Índice de Transparência*. 2017: base 80 - resultado 92; Abr/2018: meta 85 - resultado 100; Ago/2018: meta 85 - resultado 100. A respeito desse índice, o Gerente do Projeto Gestão em Foco, ALUISIO MENESCAL, ressaltou que a barreira a ser superada está ligada à comunicação interna, especialmente quanto à resposta dos expectadores, na medida em que estão disponíveis os meios de interação: portal, whatsapp, facebook, etc, está faltando o empenho dos colaboradores, exemplo: baixo grau de respostas dos e-mails encaminhados aos destinatários, diga-se, servidores e magistrados. Existe essa limitação e é necessária a participação de todos. Projeto Estratégico RELACIONAMENTO (Patrocinador Des. AGOSTINO SILVÉRIO). 22 – *Índice de Qualidade do Atendimento*. 2017: meta 80% - resultado 69,5%; Abr/2018: meta 85% - resultado 0%; Ago/2018: meta 85% - resultado 0%. Esse índice trata de pesquisa a ocorrer neste mês de outubro, razão pelo qual o resultado encontra-se zerado. Na última RAE deste ano os dados já serão computados. 24 – *Índice de Satisfação do Cidadão*. Esse índice está a depender da contratação de uma consultoria. A proposição do Assessor de Planejamento que seja excluído do rol de indicadores, em razão da falta de recursos para contratar a consultoria. A Juíza ALAÍDE DE PAULA argumentou contrária a retirada do índice e ponderou que esse índice é o feedback do cidadão com a prestação dos serviços da Justiça, por isso não é bom excluí-lo, mas procurar de alguma forma realizar a pesquisa. Projeto Estratégico INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA (Patrocinador Des. CARLOS TORK). 23 – *Integração do Sistema de Justiça*. 2017: meta 80% - resultado 63%; Abr/2018: meta 85% - resultado 52%; Ago/2018: meta 85% - resultado 52%. Foi mantido o mesmo percentual de abril em razão da mudança de gerente de projeto. Na 3ª RAE deste ano os dados já serão atualizados. Projeto Estratégico CIDADANIA (Patrocinadora Des. SUELI PINI). 25 – *Índice de Conciliação Processual*. 2017: meta 21% - resultado 16,2%; Abr/2018: meta 24 - resultado 16%; Ago/2018: meta 24 - resultado 16,2%. O Critério de medição é pela medição entre Audiências Positivas X Audiências Realizadas. Os 16,2% coloca índice do TJAP dentro da média nacional, refletindo o mesmo percentual de 2017. 26 – *Índice de Conciliação Pre-processual*. 2017: meta 80% - resultado 39%; Abr/2018: meta 88 - resultado 45,8%; Ago/2018: meta 85 - resultado 48%. CARLSON UCHÔA informou está em tratativas com a Des. SUELI PINI para redefinir a forma de mensurar esse índice, visto que a conciliação pré-processual tem que ser vista diferente da processual. 27 – *Índice de Efetividade do Esforço da Conciliação*. 2017: meta 26% - resultado 10,9%; Abr/2018: meta 29% 36,7%; Ago/2018: meta 27% - resultado 37,1% (A Efetividade do Esforço da Conciliação é medido entre: Audiências Positivas + Audiências Negativas / Audiências Realizadas). 20 – *Índice de Audiências de Conciliação não Realizadas*. Esse índice ainda não tem indicador e a proposta do Núcleo de Estatística é que se adote o critério para obtenção desse índice a partir: Audiências Canceladas + Audiências Remarcadas / Audiências Agendadas. O tema será



apresentado à Des. SUELI PINI. Com base nessa fórmula, em 2018, o índice de Audiências de Conciliação não Realizadas atingiu 39,72%. 30 – *Indicador de Esforço de Conciliação*. 2017: meta 94% - resultado 78,6%; Abr/2018: meta 96% - resultado 84,1%; Ago/2018: meta 96% - resultado 81,6%. (O esforço da conciliação é medido entre: Audiências Agendadas / Audiências Realizadas). Projeto Estratégico CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS (Patrocinador Des. CARLOS TORK). 20 – *Índice de Execução do Plano Estratégico*. 2017: meta 65% - resultado 27,6%; Abr/2018: meta 70% - resultado 27,2%; Ago/2018: meta 70% - resultado 27%.

Item 3.6 da pauta: Indicadores:

Por fim, foi apresentada a configuração dos índices com as cores dos objetivos do Mapa Estratégico. Na 7ª RAE (1ª RAE de 2018) prevaleceu a cor vermelho, nesta 8ª RAE o quadro mostra mudança já aparecendo o Verde e Amarelo em evidência.

Item 3.7 da pauta: Nova portaria com os membros:

Na oportunidade, para conhecimento dos presentes, foi mostrada a Portaria nº 55469/2018-GP, com as alterações do Anexo Único da Portaria nº 55042/2018-GP, objeto da nomeação de Patrocinadores, Gestores, Gerentes e Equipes de Projetos Estratégicos do TJAP.

Item 3.8 da pauta: Agenda:

Última RAE de 2018 está agendada para o dia 14 de dezembro.

4. Pendências:

4.1. A apreciação e assinatura da ata da 7ª RAE pelos participantes.

RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES

Comitê de Gestão Estratégica	Data	Assinatura
Desembargadora Carlos Tork – Presidente	14/12	
Desembargador Agostinho Silvério Junior		
Desembargador Gilberto de Paula Pinheiro		
Desembargador Carmo Antonio		
Desembargadora Sueli Pini		
Desembargador Manoel Brito		
Desembargador João Lages	14/12/2018	
Juiz João Teixeira de Matos Júnior – Juiz Auxiliar da Presidência		
Gláucio Maciel Bezerra – Diretor Geral	14/12/18	
Rosywan Cantuária – Núcleo de Gestão Estratégica	14/12/2018	
Gestores de Projetos	Data	Assinatura
Esclepiades de Oliveira Neto – Juiz de Direito		
Alaide Maria de Paula – Juiza de Direito		
José Luciano de Assis – Juiz de Direito		



Joenilda Lobato Silva Lenzi – Juíza de Direito		
Priscylla Peixoto Mendes – Juíza de Direito		
Clebson Wilson Espíndola do Nascimento		<i>Clebson Wilson</i>
Bernadeth Farias Corrêa		<i>[Signature]</i>
Adelson Armando Marques Anderson		<i>[Signature]</i>
Gerentes de Projetos	Data	Assinatura
Diego França da Silva		<i>[Signature]</i>
Maria de Jesus Santos Oliveira		
Walmir Bezerra de Mesquita		
Isaac Emanuel Silva Pereira		<i>[Signature]</i>
Alan Davis Freire de Souza		<i>[Signature]</i>
Lidiane Fonseca Soares		<i>[Signature]</i>
Josemir Mendes de Souza Junior		<i>[Signature]</i>
Lucinéia da Silva Costa		<i>[Signature]</i>
Luiz Henrique Paranhos Barbosa		<i>[Signature]</i>
Marcelo Victor Miranda		<i>[Signature]</i>
Shirley Neves Kasahara		
Clebson Wilson Espíndola do Nascimento		<i>Clebson Wilson</i>
Oberdan Serrão de Almeida		
Aloisio Miranda Menescal		<i>[Signature]</i>
Pedro Correia da Silva Junior		<i>[Signature]</i>
Nilda Maria Gonçalves Neves		<i>[Signature]</i>
Escritório de Projetos	Data	Assinatura
Job Duarte Moraes		<i>[Signature]</i>
Augusto César Alberto Neri		<i>[Signature]</i>
Renato Ribeiro dos Santos		<i>[Signature]</i>
Edson Fernandes de Carvalho		<i>[Signature]</i>
Núcleo de Estatística	Data	Assinatura
Joudson Medeiros de Oliveira		
Adriana Moraes de Carvalho		
Teófilo Emílio Soeiro dos Santos		<i>[Signature]</i>
Carlson Uchoa		<i>[Signature]</i>

RELAÇÃO ANEXA DE PARTICIPANTES